



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E
ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Stephano Augusto Diego dos Reis Fusari – RA00240174

A DISCUSSÃO DO CÂMBIO DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA
(1994-2022)

SÃO PAULO

2023



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E
ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Stephano Augusto Diego dos Reis Fusari – RA00240174

A DISCUSSÃO DO CÂMBIO DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA
(1994-2022)

Monografia submetida à apreciação de
banca examinadora do departamento
de Economia da PUC-SP, como
exigência parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Econômicas, elaborada sob a
orientação do Professor Dr. Antônio
Carlos Alves dos Santos.

SÃO PAULO

2023



O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP. Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica. AGRADECIMENTOS Fusari, Stephano Augusto Diego dos Reis. A DISCUSSÃO DO CÂMBIO DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA (1994-2022). Stephano Augusto Diego dos Reis Fusari – São Paulo, 2023. Trabalho de Monografia como critério de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Alves dos Santos

Fusari, Stephano Augusto Diego dos Reis.

A DISCUSSÃO DO CÂMBIO DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA (1994-2022).

Stephano Augusto Diego dos Reis Fusari - São Paulo, 2023.

Trabalho de Monografia como critério de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Alves dos Santos



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Dr. Antônio Carlos Alves dos Santos, durante todo o trajeto para a conclusão desta monografia; e ao Professor Leonardo Nelmi Trevisan, pela orientação no início do projeto em Técnicas de Pesquisa em Economia. Obrigado a todos pela contribuição e incentivo, tornando possível a conclusão deste trabalho.



LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Comparação Taxa de Câmbio Real de Equilíbrio Industrial..... | 11 |
| Figura 2 – Taxa Real Efetiva de Câmbio..... | 17 |



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| I – INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 ENTENDIMENTO DO CÂMBIO E SEUS AFLUENTES..... | 12 |
| 1.2 CÂMBIO DE EQUILÍBRIO..... | 13 |
| 1.3 NOVO DESENVOLVIMENTISMO..... | 18 |
| 2.1 ANÁLISE AFUNDO DO TEMA | 22 |
| 3.1 CENÁRIO E PARCEIROS ECONOMICOS..... | 27 |
| 3.2 MEDIDAS ECONOMICAS | 28 |
| 3.3 CHINA..... | 30 |
| CONCLUSÃO | 34 |
| VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 37 |



FUSARI, Stephano Augusto Diego dos Reis Fusari. **A DISCUSSÃO DO CÂMBIO DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA (1994-2022)**. São Paulo, 2023.

Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

O tema a ser discutido trata-se de uma análise cambial, o crescimento econômico, a questão dos juros e da inflação no cenário econômico nacional, tomando por base o conceito de que existe uma relação direta entre estes fatores, analisando o processo e podendo enxergar a necessidade de diferentes taxas de câmbio de acordo com o cenário atual e seus efeitos na economia; tudo isso tomando por base as políticas econômicas adotadas após o período da criação do Plano Real. A taxa de câmbio é um tema muito discutido não apenas no âmbito econômico e político, como também no cotidiano das pessoas. Utilizarei resenhas e artigos de autores que tenham apresentado um grande interesse no assunto, analisando artigos explicativos que buscam discutir qual seria a taxa de câmbio ideal para o país, e buscando entender o papel (e a importância) que a taxa de câmbio exerce sob todo o âmbito geral macroeconômico de um país, no caso analisando o Brasil, após o plano Real.

PALAVRAS-CHAVE: Taxa de câmbio; Política econômica; Taxa de Juros; Balança Comercial; Desenvolvimentismo.



ABSTRACT

The topic to be discussed is an exchange rate analysis, economic growth, the issue of interest and inflation in the national economic scenario, based on the concept that there is a direct relationship between these factors, analyzing the process and being able to see the need for different exchange rates according to the current scenario and its effects on the economy; all of this based on the economic policies adopted after the period in which the Real Plan was created. The exchange rate is a much-discussed topic not only in the economic and political sphere, but also in people's daily lives. I will use reviews and articles from authors who have shown a great interest in the subject, analyzing explanatory articles that seek to discuss what would be the ideal exchange rate for the country, and seeking to understand the role (and importance) that the exchange rate plays throughout the general macroeconomic scope of a country, in this case analyzing Brazil, after the Real plan.

KEYWORDS: Exchange rate; Economic policy; Interest rate; Trade balance; Developmentalism.

I - INTRODUÇÃO

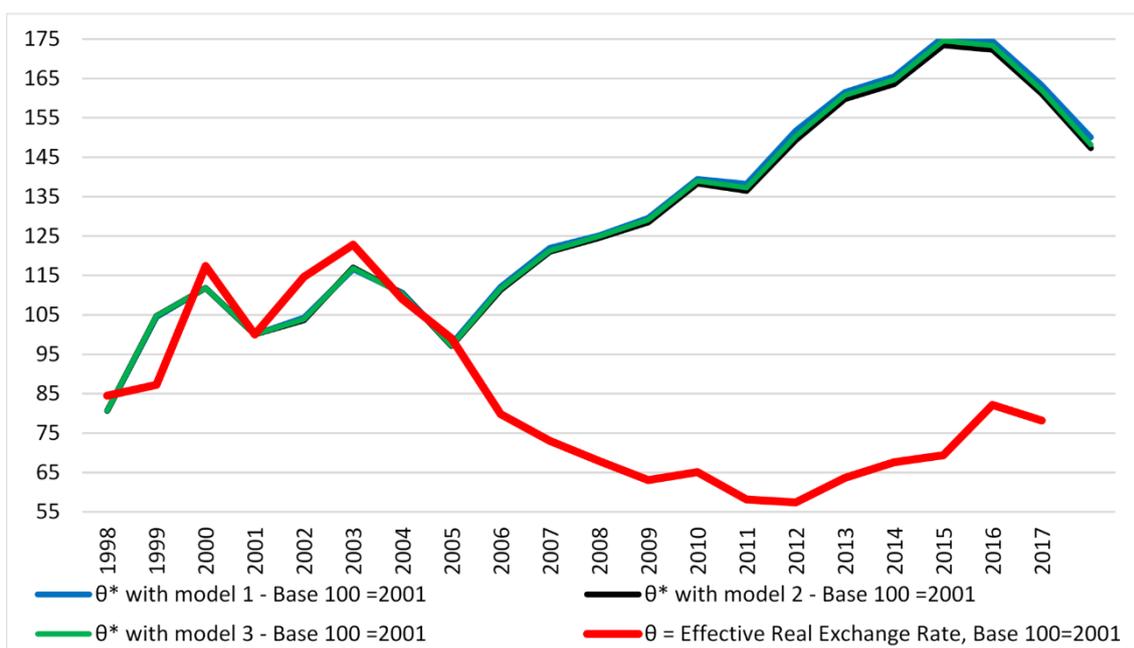
A taxa de câmbio desempenha um papel importante, pois permite a comparação dos preços de bens e serviços de um país com o outro. As taxas de câmbio são definidas como depreciação (a moeda local se desvaloriza em relação ao dólar americano, por exemplo) ou valorização (a moeda local se valoriza em relação ao dólar americano). É no chamado mercado de câmbio que são realizadas as transações em moeda internacional, envolvendo bancos comerciais, empresas de comércio internacional, instituições financeiras etc. Ao compreender os conceitos de desenvolvimento econômico, políticas cambiais e taxa de câmbio, uma contextualização histórica do Brasil no período de alta industrialização se mostra notável para a ilustração de como a política cambial pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil teve uma aceleração distinta do processo de industrialização induzido pela política de substituição de importações – um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição das suas importações.

“... Naquele período, o controle cambial era função central do Estado e diversas taxas de câmbio eram administradas de modo a estimular a produção interna e evitar que os produtos importados entrassem no país com um preço muito mais baixo, o que poderia vir a prejudicar a indústria nascente no país. De maneira geral, era a transformação da política cambial em uma política industrial. Todavia, esse modelo de industrialização que vinha trazendo frutos no parque industrial brasileiro veio a colapsar no início da década de 1980, com os choques de petróleo provocados pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) – que havia sido fundada alguns anos antes para coordenar uma concorrência mundial contra o monopólio das 7 irmãs (Chevron, Exxon, Gulf, Mobil, Texaco, Shell e British Petroleum) – houve uma elevação das taxas de juros mercados internacionais e uma crise de dívida externa no país. Esse fator externo trouxe grande instabilidade para a macroeconomia brasileira e mundial retornando para a pauta da economia global as teorias de natureza ortodoxas. Com isso, em 1989, o Consenso de

Washington é realizado com o objetivo de ditar um conjunto de regras e reformas estruturais visando obter a estabilidade macroeconômica, uma dessas regras específicas dizia respeito à manutenção de uma taxa de câmbio de mercado. (Mattei; Scaramuzzi. 2016, on-line).

A partir desse período, a taxa de câmbio – que até aquele momento era utilizada para políticas protecionistas e desenvolvimentistas do parque industrial nacional – passou a ter um caráter de liberar o mercado doméstico à concorrência internacional, a visão era muito clara para os economistas ortodoxos, dessa forma o país estaria estimulando a competitividade dos produtores industriais internos o que irá gerar aumento de produtividade e aumento na qualidade dos produtos ofertados internamente. Olhando em retrospectiva dessa mudança na visão da utilização da taxa de câmbio, observa-se que durante os anos em que se estabeleceu a livre flutuação cambial – leia-se taxa de câmbio de mercado – a estrutura industrial brasileira foi duramente afetada – isso será mais bem analisada nos capítulos subsequentes – ocorrendo o processo inverso. Ou seja, em vez de desenvolver uma indústria mais competitiva, a variedade industrial construída no parque industrial brasileiro desapareceu por não possuir a capacidade de competir com as indústrias globais e o Brasil retornou à exportação de commodities – onde sempre teve vantagens comparativas de produção. (IPEA, 2009, p.24-35).

Figure 2 – Time series for the industrial equilibrium real exchange rate, models 1, 2 and 3, during 1998-2017 compared with the real effective exchange rate, base 100 = 2001.



Source: Elaboration of the authors

“Na figura 2 podemos observar que a partir de 2005 a taxa real efetiva de câmbio se encontra sobrevalorizada desde 2005 e que a sobrevalorização é crescente até 2016. A sobrevalorização cambial resulta tanto da apreciação da taxa real efetiva de câmbio entre 2005 e 2012, como da apreciação contínua da taxa de câmbio de equilíbrio industrial entre 2005 e 2015. Os fatores que explicam a apreciação da taxa real efetiva de câmbio até 2012 são sobejamente conhecidos e não será necessário abordá-los aqui. Mas o que chama atenção no gráfico é o aumento expressivo da taxa de câmbio de equilíbrio industrial entre 2005 e 2015. O que está por trás desse aumento do câmbio de equilíbrio industrial?” (Oreiro. 2020, on-line).

1.1 ENTENDIMENTO DO CÂMBIO E SEUS AFLUENTES

Para iniciar a discussão, é necessário entender que a pauta sobre uma taxa de equilíbrio real de um país como o Brasil é algo muito específico e complexo de ser definido, uma vez que há inúmeros fatores que podem gerar grande impacto uma vez aplicada tal teoria. O tema a ser discutido trata-se de uma análise cambial, utilizando de artifícios como o crescimento econômico, a questão dos juros e da inflação no cenário econômico nacional, tomando por base o conceito de que existe uma relação direta entre estes fatores, analisando o processo e podendo enxergar a necessidade de diferentes taxas de câmbio de acordo com o cenário atual e seus efeitos na economia; tudo isso tomando por base as políticas econômicas adotadas após o período da criação do Plano Real, que foi quando começaram a seguir à risca uma política cambial sólida e concreta, diferentemente dos anos anteriores, que as políticas adotadas não surtiram o efeito esperado. (IPEA, 2009, on-line).

Tomando por base que uma economia caminha em ciclos, logo a taxa de câmbio para o país em algum determinado momento tende a ser flutuante conforme o cenário econômico, refutando até mesmo a ideia do câmbio fixo. A taxa de juros e estabilidade da economia nacional (risco país) tem papel importante na entrada e saída de moeda estrangeira, podendo ter um impacto direto na inflação nacional. A metodologia usada para estudar e tratar este tema será uma pesquisa exploratória, utilizando de levantamentos bibliográficos de conceitos da taxa cambial para realizar a análise, sem nenhum viés ideológico ou político, uma vez que não há um consenso definido sobre qual a taxa de câmbio ideal para um país, uma vez que há diversas flutuações nos cenários econômicos, cabendo aos seus responsáveis entender qual a melhor opção para aquele momento. (IPEA; 2009, on-line).

É imprescindível ressaltar que não existe um consenso absoluto sobre qual deve ser a taxa de câmbio de equilíbrio, ou como deve ser calculada, para quaisquer moedas existentes, entendendo que o valor possui uma volatilidade inclusa, que varia de acordo com a situação econômica a qual se encontra o país em um determinado período da história. A importância de buscar alguma maneira de formular um possível cálculo para a (taxa de câmbio real de equilíbrio, é que assim dá para se ter um parâmetro sobre a situação de duas economias diversas, e a relação entre suas moedas, pois isso não indica somente a diferença puramente monetária, mas também a situação econômica da população de um determinado país, que pode vir a ter seu poder de compra muito inferior à população de um país parceiro, mesmo que ambos recebam o mesmo valor unitário em ambas jornadas de trabalho. (Holland; Pereira, 1999, p8).

Para entender do que se trata a taxa de câmbio, é o preço de uma moeda estrangeira, ou seja, a quantidade de moeda nacional (Real) necessária para comprar uma unidade de moeda estrangeira (dólar americano por exemplo). A cotação mais comum é a que define o preço da moeda das reservas nacionais (geralmente o dólar americano) que o governo brasileiro utiliza em seus negócios com o exterior. Este preço depende da oferta e demanda de moeda estrangeira. Por sua vez, varia com as mudanças nos termos de troca e, portanto, com o fluxo de bens e serviços e com o saldo das entradas e saídas de capital. (Holland; Pereira, 1999, p25).

1.2 CÂMBIO DE EQUILÍBRIO

A ideia de cambio de equilíbrio é um conceito onde se tem por objetivo principal buscar uma paridade de poder de compra entre o Brasil e o resto dos outros países, existindo um equilíbrio entre suas moedas, na prática, se trata da ideia de ter o mesmo valor unitário sobre um determinado produto, mesmo com moedas distintas, utilizando como exemplo o índice Big Mac, que data qual o valor que o dólar deve custar no Brasil, utilizando o sanduiche como produto unitário, então se um Big Mac custa US\$1,00 nos Estados Unidos e R\$4,00 no Brasil, assim indicando qual deveria ser o valor da moeda norte americana frente

à moeda brasileira. Mas a utilização desta ferramenta não se limita somente a isto, também há a busca pela estabilização da taxa câmbio (o valor relacionado entre duas moedas de países diferentes), na medida que seja possível o país manter seus compromissos financeiros com o exterior no longo prazo. (FGV/EESP, 2016, on-line).

Essa movimentação da taxa de câmbio pode vir tanto de maneira natural de acordo com situação da economia mundial, mas também pode ser definida através de política cambial, onde o Banco Central se utiliza de um conjunto de medidas como ferramenta para definir o regime da taxa de câmbio nacional, visando definir o rumo a ser tomado nas relações financeiras internacionais do país. No Brasil, é utilizado a taxa de câmbio flutuante, onde o valor do Real, frente a outras moedas internacionais variam diariamente conforme influências de cunho macro ou microeconômicas (como exemplo PIB, risco país, taxa de juros etc.) tanto no âmbito nacional como no estrangeiro, ditando a movimentação da taxa cambial.

O Banco Central por sua vez, tem um papel “interventor”, se utilizando de compra e venda de moeda estrangeira que possuem em suas reservas monetárias, controlando a volatilidade da taxa cambial. Não pode haver um total deriva da taxa cambial por parte do BaCen, visto que essas ações podem ter impactos diretos na economia, afetando por exemplo as importações e exportações que tem papel fundamental na balança comercial do país. Se temos uma taxa cambial elevada, a preferência dos produtores nacionais é de exportar, visando uma margem de lucro maior, com isso, acaba resultando em uma escassez de produtos para abastecer o mercado doméstico, tendo impacto direto em preços e gerando inflação, e podendo acarretar até na taxa de juros nacional, como válvula de escape para controle de preços.

Como visto até então, a taxa de câmbio tem um papel atuante fortíssimo na economia de um país, ainda mais em casos onde o país não chegou a atingir ainda seu desenvolvimento pleno, deixando-o ainda mais dependente das variações cambiais, uma vez que um país que não tem sua industrialização completa, tende a importar diferentes produtos estrangeiros para abastecer a produção nacional, um exemplo cotidiano no Brasil se dá pelo combustível, que apesar de ser extraído no território nacional, é podendo ser autossuficiente em

petróleo, produzindo uma média diária de 3 milhões de barris de petróleo, volume mais que suficiente para atender ao consumo doméstico, de 2,5 milhões de barris diários, ainda assim precisa importar petróleo e derivados, como gasolina e diesel. Eis que entra o impasse, que se trata da baixa capacidade de refinaria acerca do país e a falta de investimentos para essa atividade, isto se dá por fatores da falta de confiança do mercado no país. (IPEA, 2010, p13).

Assim, o Brasil que é o 4º maior consumidor de combustíveis do mundo, acaba tendo que importar todo seu abastecimento de combustíveis, e quando há um problema no equilíbrio da taxa de câmbio, pode gerar uma grave crise inflacionaria no país, uma vez que o aumento no preço dos combustíveis acarreta em uma bola de neve, gerando repasse de preços em todos os setores de produção e serviços nacionais, como está sendo visto atualmente no ano de 2022, onde a gasolina chegou a patamares elevados de preços (passando R\$5,00), o que gerou uma inflação de dois dígitos, algo extremamente prejudicial para a situação do país, em um período de recuperação econômica mundial após a crise da pandemia do COVID-19. (IBP, 2022, on-line).

Um estudo extremamente relevante para a discussão de uma abordagem mainstream, onde pegam um período relativamente longo entre 1964-97, e após feito um balanço histórico, foi possível enxergar uma relação entre a movimentação da taxa de câmbio e um ciclo eleitoral presente em determinado período, analisando o fato de quando perto de eleições, a tendência é de uma elevação na taxa de câmbio, e quando encerradas, a taxa de câmbio tende a se desvalorizar nos meses seguintes. Este estudo é essencial para ressaltar a importância de existir uma independência do Banco Central, para evitar que gere conflitos de interesses do Estado na economia, visando algum benefício a curto prazo em um período eleitoral por exemplo, que no longo prazo pode vir a ser prejudicial para a economia nacional, aumentando até incertezas de investidores estrangeiros de trazer dinheiro de fora para o Brasil.

A partir disso, adentrando o objetivo de buscar uma possível estimativa do que pode vir a ser a taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE) no Brasil, usando como base a taxa de câmbio real a partir do período de julho 1994, data que marcou a implementação do Plano Real. Analisando dados encontrados, na época da criação do Plano Real é visível uma forte valorização na taxa de câmbio

real no país durante o período, a partir disso, nos anos subsequentes até meados de 1998, observa-se que a taxa cambial real aproximou de um nível de equilíbrio, e a partir de 1999 iniciou uma desvalorização cambial. Importante ressaltar a necessidade de um alinhamento entre a taxa de câmbio real e a taxa de câmbio real de equilíbrio para gerenciar melhor o entendimento sobre decisões tomadas por políticas econômicas, uma vez que graves impasses macroeconômicos podem ocorrer caso não seja mantida esta direção entre ambos, podendo afetar negativamente variáveis como desemprego, inflação, alocação de recursos etc. (IPEA. 2012, p186)

Em uma estimativa da taxa de câmbio real de equilíbrio brasileira para o período 1975-1998, utilizando três modelos alternativos, sendo o primeiro baseado na Paridade do Poder de Compra, o segundo, no conceito de câmbio fundamental e um terceiro modelo denominado câmbio estrutural. Segundo o autor, os três modelos apontam a década de 1980 como de frequente subvalorização cambial. Os inícios das décadas de 1980 e 1990 parecem ser períodos de equilíbrio. Após o Plano Real há um período de forte sobrevalorização, que vai sendo gradualmente eliminada a partir do segundo trimestre de 1995. Entretanto, a crise financeira de 1997 levou a uma sobrevalorização do câmbio real da ordem de 15% em 1998. (Holland, 2002, on-line).

Após analisadas algumas diferentes visões buscando entender um pouco mais sobre a visão da taxa de câmbio real de equilíbrio, é notória a tendência de valorização cambial no país através do passar dos anos, com uma volatilidade constante da taxa, o que pode ser explicada uma vez que o país passava por uma mudança em todo o seu sistema econômico, buscando novas políticas cambiais para tentar conter a inflação fortíssima que o país sofria após o período da ditadura militar, pelos governos subsequentes, que por sua vez não obtiveram resultados expressivos, para não dizer que falharam na tentativa de conter a inflação nacional. O cenário foi tomando um rumo de solução um tempo após a implementação do Plano Real, mas como visto anteriormente, no início teve uma grande valorização da taxa cambial, podendo entender como uma elevação momentânea até que as medidas tomadas surtiram efeito e entrou em um período de estabilidade como ocorrido até meados do começo de 1999, onde a

taxa cambial parecia se encontrar em um equilíbrio pleno, entretanto, iniciou-se uma decrescente da taxa cambial, apresentando forte desvalorização.

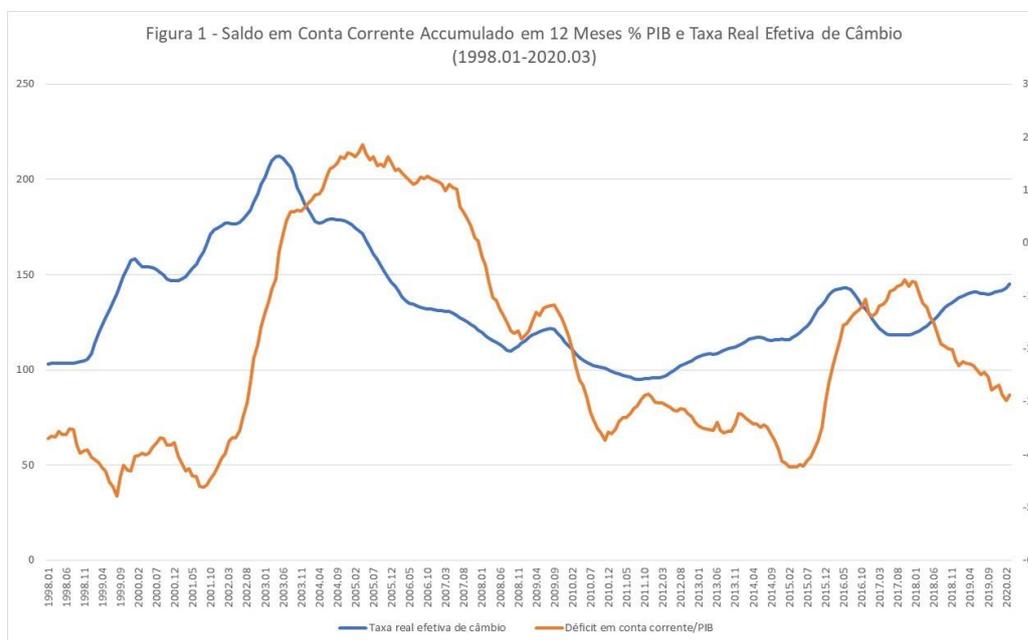


Figura 2 –Fonte: IPEADATA e Banco Central do Brasil.

Essa desvalorização se mostrou foi fundamental para a estabilização da economia naquele período, que conseguiu cumprir seu principal objetivo que era conter a inflação inercial presente no país, que não parecia ter solução. A inflação inercial se trata de um fenômeno a partir da década de 1980, principalmente em países da América Latina, resultando em uma elevação de preços que não atingia uma estagnação, estando em uma constante aceleração, mesmo com a presença de medidas tomadas por autoridades monetárias tentando conter esse fenômeno, que nos países subdesenvolvidos chegavam a patamares de hiperinflação como foi visto no Brasil durante a década de 80 e o início da década de 90.

A crise do petróleo na década de 70, teve grande influência neste fenômeno na economia nacional, uma vez que a dívida externa do governo chegou a aproximadamente US\$80 bilhões¹, por conta do aumento repentino do preço do barril de petróleo que quadruplicou, e pegou vários países de surpresa, tendo um impacto muito maior em países latino-americanos, que tinham suas dívidas contratadas em dólar. O Brasil principalmente, pois estava em um

período de crescimento econômico, o “milagre econômico”, mas esta movimentação da economia brasileira se dava pela maior parte de investimentos estrangeiros (capital externo). Este endividamento do governo inicialmente era algo “esperado” pois com o crescimento econômico e industrial trabalhando intensamente, no papel, esta dívida seria paga sem dificuldades posteriormente quando fossem colhidos os frutos desse desenvolvimento. Assim a crise petrolífera pegou todos de surpresa, principalmente países em desenvolvimento cuja necessidade de importação era maior, o Brasil obviamente estando incluso nestes países.

Com isso, pode-se observar a importância em ter um equilíbrio na política cambial de um país, para evitar choques econômicos repentinos, que podem gerar um rombo gigantesco na economia do país. Entretanto, não vai se limitar somente a questão de manutenção da dívida nacional, mas também é fundamental para o crescimento econômico do país, como visto anteriormente, um país que se encontra em desenvolvimento, depende muito das importações para seguir com seu progresso tecnológico e desenvolvimento pleno, sendo muito dependente da taxa cambial, logo quanto menos volatilidade e uma solidez no equilíbrio cambial de um país, seu desenvolvimento é mais acelerado evitando contratempos que atrasem este fenômeno.

1.3 NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A teoria Novo-Desenvolvimentista discute a fundo sobre essa pauta de qual seria uma taxa de câmbio de equilíbrio relevante, buscando estimar uma Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial. Na visão deles, é interessante entender que a determinação da taxa de câmbio não se dá somente seu preço pela oferta e demanda da moeda estrangeira (geralmente dólar), mas também depende de seu valor, cobrindo o lucro satisfatório de empresas que negociam com o exterior. Para definir o valor da moeda estrangeira, pode ser utilizado o custo unitário do trabalho (CUT), sendo o mais relevante, incluindo atividades industriais e serviços. A partir disso, é utilizado o índice comparativo do custo unitário do trabalho (icCUT), comparando o CUT nacional com o de outros parceiros comerciais.

“(...) O icCUT pode ser formalmente representado por:

$$icCUT_{Br} = \frac{\frac{W_{Br}}{\lambda_{Br}}}{\sum_{i=1}^n \frac{W_i}{\lambda_i} pond_i}$$

Sendo W o salário médio real, λ a produtividade, $pond$ o peso do país i na corrente de comércio (exportações + importações) brasileira (Br). É importante notar que, de maneira a tornar a ponderação destes parceiros comerciais dinâmica ao invés de fixa por um longo período e simultaneamente não criar um problema de endogeneidade na amostra, a ponderação é mantida estável durante um período de 5anos, sendo então recalculada. Assim é possível controlar o problema da endogeneidade, permitindo que o peso de cada parceiro comercial no cálculo evolua ao longo do tempo. (...)” (FGV-EAESP, 2021, on-line)

Desta forma, as variações no valor correspondem às variações no icCUT, e sendo este um índice do valor da taxa de câmbio, não se expressa, portanto, em termos de moeda, mas apenas em termos de valor. Isto é fundamental, pois conforme há um aumento no icCUT do país, dado por aumento dos salários ou queda na produtividade em relação a outros países, isso tem uma elevação na taxa de câmbio, o que impacta diretamente em uma queda da competitividade técnica do país, cabendo ao mercado depreciar a taxa de câmbio para manter o equilíbrio. (FGV-EAESP, 2021, on-line).

Para os novos desenvolvimentistas, a taxa de câmbio estabelece três tipos de equilíbrio, o equilíbrio da conta corrente do país, o equilíbrio industrial e o equilíbrio da dívida externa. A ideia é interessante, entretanto não é possível estabelecer três tipos de taxas diferentes, sendo necessário encontrar uma espécie de mediana entre os valores, que não prejudique completamente uma das três partes. Em pensamentos como keynesianos e neoclássicos, a taxa de câmbio é vista como endógena, e para eles, os únicos problemas presentes são no curto prazo, por conta dos desalinhamentos cambiais. Já para o novo-desenvolvimentista, há dois motivos que inferem nessa apreciação do câmbio, sendo o primeiro por conta de o país sofrer uma doença holandesa não neutralizada.

Se tratando de doença holandesa, nada mais é que um país que se especializa fortemente na exportação de recursos naturais presentes em abundância em seu território, o que leva a uma valorização de sua moeda local, e por consequência, isto resulta na desindustrialização do país, perdendo muita competitividade em relação ao resto do mundo, no Brasil, a estimativa é que o país possua cerca de 25% de doença holandesa, o que não parece muito em relação a outras economias, entretanto, tem forte impacto no desenvolvimento econômico do país.

“(...) A doença holandesa ou a maldição dos recursos naturais é uma sobreapreciação crônica da taxa de câmbio que o mercado não controla porque essa sobreapreciação é compatível com o equilíbrio a longo prazo da conta corrente do país. Ela decorre da produção e exportação de commodities que utilizam recursos naturais abundantes e mais baratos do que nos outros países. Como são muito baratos, sua lucratividade é compatível com uma taxa de câmbio consideravelmente mais apreciada do que aquela necessária para as indústrias de bens comercializáveis do país. Estas, ainda que utilizem tecnologia no estado-da-arte mundial, ficam inviabilizadas pelo câmbio sobreapreciado. (...)”
(Bresser-Pereira, 2016, p1).

Logo esta valorização cambial ocorre exatamente por conta do equilíbrio industrial, que terá sua volatilidade atrelada ao preço das commodities, este caso é visivelmente claro no Brasil dos dias atuais, onde temos um dólar extremamente valorizado, ultrapassando a barreira dos R\$5,00 e ainda assim o país consegue manter sua balança comercial equilibrada, por conta das commodities que exportam sem parar (principalmente produtos agropecuários e ferro) com este câmbio valorizado, entretanto, aponta claramente o problema discutido aqui, sobre o país possuir doença holandesa, focar somente em exportação, e assim não tendo uma industrialização plena.

“Quando falamos em taxa de câmbio, várias questões vêm à tona. Qual a taxa de câmbio de equilíbrio no Brasil? Por que o Brasil está se desindustrializando? Por que as taxas de crescimento no Brasil são muito menores que as taxas de crescimento dos países asiáticos? Há

dados que mostram claramente um processo de desindustrialização. Esse processo só não foi violento porque nos últimos quatro anos a política do governo Lula, de aumentar o salário-mínimo, aumentar o Bolsa Família e criar o crédito consignado, fez com que o mercado interno aumentasse e a indústria saiu do sufoco. Mas, evidentemente, perdeu capacidade exportadora e a competitividade internacional.”
(Bresser-Pereira, 2016, p1).

Assim entra em questão essa alta apreciação na taxa cambial do Brasil, que tende a gerar uma desindustrialização no país, desde a década de 90, fazendo o país perder competitividade frente a outros países emergentes, como a Coréia do Sul, ou até mesmo seus parceiros comerciais (China e Índia) que tem seu crescimento econômico em uma exponencial com o passar dos anos, tendo crescimentos expressivos em seu PIB. Finalizando este capítulo, é interessante que neste ponto da discussão, pode-se enxergar o tema discutido, não somente como uma taxa de câmbio de equilíbrio, mas como uma taxa de câmbio competitiva, buscando assim solucionar problemas apresentados anteriormente, buscando entender mais sobre o desenvolvimento da metodologia que pode ser usada no cálculo para encontrar então uma possível taxa cambio industrial de equilíbrio, paralelamente a isso, buscando também uma análise sobre a questão da doença holandesa presente na economia brasileira, que afeta o país até os dias de hoje, onde ainda se nota uma carência de industrialização plena no Brasil, entendendo que ainda é uma economia em desenvolvimento, mas que certas medidas econômicas tomadas, podem retardar este processo, se comparado a outros países emergentes, e com isso, diminuindo a competitividade do Brasil frente a outras economias mundiais.

2.1 ANÁLISE AFUNDO DO TEMA

A taxa de câmbio é um dos principais indicadores econômicos que podem afetar o crescimento econômico de um país, incluindo a economia brasileira. A taxa de câmbio refere-se ao preço relativo de uma moeda em relação a outra moeda, ou seja, quantas unidades de uma moeda são necessárias para adquirir uma unidade da outra moeda. No contexto da economia brasileira, a taxa de câmbio tem sido objeto de discussões e debates constantes, especialmente devido à volatilidade da moeda e aos desafios econômicos enfrentados pelo país. As autoridades monetárias, como o Banco Central do Brasil, podem intervir no mercado cambial para tentar suavizar as flutuações excessivas e manter a estabilidade financeira. A determinação da taxa de câmbio é um processo complexo e influenciado por diversos fatores, incluindo o cenário econômico doméstico e internacional, as políticas monetárias e fiscais adotadas pelo governo, o fluxo de comércio e investimentos, entre outros.

A taxa de câmbio de equilíbrio é aquela que iguala a oferta e a demanda de moeda estrangeira em um determinado país. Ela é determinada pela interação de diversos fatores, como a oferta e a demanda por bens e serviços, a inflação, os juros, a produtividade, entre outros. Quando a taxa de câmbio está em equilíbrio, isso significa que não há pressões excessivas sobre a balança comercial do país e que a economia está operando em um nível eficiente.

No entanto, em muitos casos, a taxa de câmbio pode se desviar do equilíbrio devido a fatores externos, como a volatilidade do mercado internacional ou choques econômicos em outros países. Nesses casos, o governo pode adotar medidas para corrigir as distorções, como intervenções no mercado de câmbio, controle de capitais ou políticas monetárias e fiscais para estimular a demanda interna. O objetivo dessas medidas é restabelecer a estabilidade econômica e garantir um crescimento sustentável a longo prazo. Em geral, uma taxa de câmbio de equilíbrio é aquela que reflete a relação de oferta e demanda por moeda estrangeira no país. Uma taxa de câmbio desalinhada pode gerar efeitos indesejados na economia, como inflação, instabilidade

financeira, desequilíbrios externos, entre outros. No entanto, a determinação da taxa de câmbio ideal para garantir a estabilidade macroeconômica é um desafio e está sujeita a diferentes interpretações e abordagens teóricas.

A taxa de câmbio de equilíbrio é aquela que garante a estabilidade macroeconômica, ao equilibrar as contas externas do país com um nível de atividade econômica satisfatório. Assim, o câmbio de equilíbrio não é fixo e pode variar ao longo do tempo, de acordo com mudanças na economia doméstica e no cenário internacional. Tomando por base a utilização de uma política cambial ativa, com intervenções no mercado de câmbio, para evitar flutuações excessivas na taxa de câmbio e garantir a competitividade da indústria nacional. (Oreiro, 2020, on-line).

Seguindo a ideia de que a taxa de câmbio de equilíbrio deve levar em consideração fatores estruturais da economia, como a produtividade, a tecnologia e a capacidade exportadora. Ele propõe que o governo brasileiro adote políticas para estimular a inovação e a modernização da indústria nacional, visando aumentar a competitividade das exportações e reduzir a dependência de produtos importados.

Existem diversas hipóteses para a modernização da indústria nacional, algumas delas incluem o investimento em pesquisa e desenvolvimento: um dos fatores essenciais para a modernização da indústria é o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Isso inclui investimentos em tecnologia, inovação, novos processos produtivos e novos produtos. A capacitação de mão de obra: a modernização da indústria também requer a capacitação de mão de obra qualificada. Isso pode ser alcançado por meio de políticas de educação, treinamento e capacitação profissional. Os incentivos fiscais: incentivos fiscais para empresas que investem em inovação e modernização podem ser uma forma de estimular a modernização da indústria nacional.

Pode-se citar também as parcerias público-privadas: parcerias entre empresas privadas e o governo podem ajudar a modernizar a indústria nacional, por meio de investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, entre outras áreas. As políticas de comércio exterior: políticas de comércio exterior que visem aumentar a competitividade da indústria nacional, como a adoção de

medidas antidumping, subsídios à exportação, entre outras, podem ser uma forma de estimular a modernização da indústria.

Essas são apenas algumas das hipóteses para a modernização da indústria nacional. É importante ressaltar que cada país e cada setor industrial podem requerer abordagens específicas para alcançar a modernização desejada. A taxa de câmbio é um dos principais fatores que influenciam a competitividade da indústria nacional no mercado internacional, e uma taxa de câmbio desalinhada pode prejudicar a competitividade dos produtos brasileiros.

Uma taxa de câmbio de equilíbrio para a indústria brasileira seria aquela que permitiria que as empresas brasileiras competissem em pé de igualdade com as empresas estrangeiras, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. Isso significa que a taxa de câmbio deve ser compatível com os custos de produção da indústria brasileira, levando em consideração fatores como salários, custos de matérias-primas, energia, transporte, entre outros. Seguindo a definição da taxa de câmbio de equilíbrio para a indústria brasileira depende de diversos fatores, como a estrutura produtiva do país, a tecnologia empregada na indústria, a produtividade da mão de obra, entre outros. Por isso, é importante que a política cambial leve em conta esses fatores e seja orientada para garantir a competitividade da indústria nacional. Além disso, outras políticas públicas, como políticas de inovação, investimento em infraestrutura, incentivos fiscais e capacitação da mão de obra, também são importantes para estimular a modernização da indústria brasileira e aumentar sua competitividade.

O cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio para a indústria brasileira pode ser complexo e envolver diversas variáveis econômicas. Alguns dos fatores que devem ser considerados como a produtividade da indústria brasileira em relação à produtividade dos concorrentes internacionais; os preços internacionais das commodities; a demanda por produtos brasileiros no mercado internacional; o nível de competitividade da indústria brasileira em relação aos concorrentes internacionais; o nível de proteção tarifária e não-tarifária oferecido pelo governo brasileiro. Para realizar esse cálculo, é importante utilizar um modelo que leve em consideração esses fatores. Uma das metodologias utilizadas é o modelo de Balassa-Samuelson (1964), que considera a relação entre os preços internos e externos em relação à produtividade da indústria. Outro modelo que pode ser

utilizado é o de taxa de câmbio real efetiva, que considera a relação entre as taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais e a produtividade da indústria brasileira.

No entanto, é importante destacar que o cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio é uma estimativa e pode variar de acordo com as condições econômicas e políticas do país e do mercado internacional. É fundamental que o cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio seja realizado por profissionais com conhecimento e experiência em economia e finanças, pois envolve análises complexas e a utilização de modelos econômicos sofisticados.

Decorrendo sobre o assunto, uma taxa de câmbio de equilíbrio é fundamental para garantir uma estabilidade macroeconômica na economia nacional, garantindo uma constância no desenvolvimento do país, aumento no poder de compra da população, e uma busca pelo pleno emprego na sociedade. Existem formas para buscar garantir esta estabilidade econômica, através de medidas e políticas (monetárias, fiscais, etc), como podemos citar o mais relevante para a discussão presente, uma estabilidade cambial é de extrema importância para que o país tenha uma estabilidade cambial coerente e principalmente estável, evitando flutuações excessivas na taxa cambial que tendem a afetar negativamente na economia, aumentando o risco e a incerteza no país, desencadeando em incertezas nos negócios e desequilíbrios na economia.

A taxa de câmbio possui impacto significativo no desenvolvimento da economia nacional, uma vez que tem efeito direto na competitividade das empresas, no comércio exterior, na inflação (uma vez que possuímos uma economia extremamente dolarizada), o fluxo de investimentos estrangeiros e por fim a balança de pagamentos, há outros fatores, porém não vem a ser tão relevante para a discussão como os citados até então. Existem dois cenários para a taxa de câmbio: depreciada e apreciada. Nos últimos anos, vimos presente em nossa economia um cenário de alta desvalorização da nossa moeda nacional, frente a um dólar muito apreciado.

É uma via de mão dupla, uma vez que este câmbio depreciado vem a ser muito benéfico para as exportações nacionais, fazendo com que os produtos

brasileiros venham a ser muito mais competitivos internacionalmente, logo, este aumento na exportação, principalmente puxando para o agronegócio, é impulsionado, resultando em um aumento na produção, o que acarreta geração de novos empregos, assim contribuindo para o crescimento econômico. Outra opção com uma taxa de câmbio depreciada, são os investimentos estrangeiros, que torna o Brasil mais atrativo para receber capital estrangeiro.

Porém isso não resolve o problema por um todo, já que como digo anteriormente, possuímos uma economia extremamente dolarizada, logo, quando temos um cenário de câmbio depreciado, é evidente uma alta pressão inflacionaria, uma vez que todos os bens importados encarecem. Por mais que o câmbio depreciado surta um efeito de crescimento econômico com a geração de novos empregos, este encarecimento dos produtos tende a uma diminuição do poder de compra da população brasileira, em uma visão macroeconômica, gerando um desequilíbrio na economia. Por mais que nosso Banco Central adote uma política de câmbio flutuante, esta volatilidade presente em nossa moeda não é de toda bem-vista, quando gera uma incerteza sobre a força da economia brasileira frente uma moeda tão instável, resultando em incertezas para os negócios, e para o empresário na hora de decidir ou não realizar um investimento no Brasil. Há uma linha tênue na discussão entre qual seria o ideal para o Brasil, uma vez que ambos pensamentos tem seus pros e contras, o que leva ao foco principal do tema discutido, que seria então um meio termo entre esses dois cenários.

3.1 CENÁRIO E PARCEIROS ECONOMICOS

Conforme abordado na discussão interior, se tratando sobre uma taxa de câmbio de desenvolvimento para o Brasil, é necessário entender um pouco mais sobre as formas como caminha o desenvolvimento econômico brasileiro, seus principais pilares, parcerias e buscando uma linha de raciocínio para seguir que converse com o tema abordado até então.

Com base em análises efetuadas, um período expressivo do desenvolvimento da economia brasileira ocorreu durante a segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1960 e 1970. Esse período ficou conhecido como "Milagre Econômico Brasileiro" e foi caracterizado por um crescimento econômico acelerado. Durante o Milagre Econômico, o Brasil experimentou altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), impulsionadas principalmente pela industrialização e pela expansão do setor de infraestrutura. Investimentos em setores como energia, transporte e indústria pesada impulsionaram a economia e aumentaram a produtividade.

Ademais, políticas governamentais, como incentivos fiscais e subsídios, estimularam o investimento estrangeiro e o crescimento das empresas nacionais. O setor agrícola também teve um papel importante, com o Brasil se tornando um grande exportador de produtos como soja e café. No entanto, o crescimento durante esse período também foi acompanhado por problemas estruturais, como desigualdade social e concentração de renda, além do aumento da dívida externa do país. O modelo econômico adotado nesse período também levou a desequilíbrios e crises posteriores, como a crise da dívida na década de 1980. Então embora o período do Milagre Econômico tenha sido marcado por um rápido crescimento da economia brasileira, é importante destacar que o desenvolvimento econômico de longo prazo requer políticas sustentáveis e uma abordagem holística que aborde tanto os aspectos sociais quanto os econômicos.

Nos últimos anos, o Brasil adotou diversas medidas econômicas com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico, melhorar a competitividade e enfrentar os desafios enfrentados pela economia. Entre as principais medidas adotadas, destaca-se a Reforma da Previdência, aprovada em 2019, que buscou

corrigir o déficit previdenciário e garantir a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo. Outra medida importante foi a Lei de Liberdade Econômica, também aprovada em 2019, que teve como objetivo reduzir a burocracia e facilitar a abertura e o funcionamento de empresas no país. Essa lei promoveu a flexibilização de regulamentações trabalhistas, estimulou a concorrência e facilitou o empreendedorismo.

3.2 MEDIDAS ECONOMICAS

O Brasil também implementou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em 2016, buscando atrair investimentos em infraestrutura por meio de parcerias entre o setor público e o privado. O programa tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços e impulsionar o crescimento econômico em setores como transporte, energia, saneamento e telecomunicações. Outra medida de grande relevância é a reforma tributária, em discussão no Congresso Nacional, que visa simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzir a carga tributária sobre as empresas e promover um ambiente mais favorável aos negócios. O governo brasileiro tem adotado políticas de estímulo ao crédito e investimento, por meio da redução das taxas de juros, ampliação do acesso ao crédito e programas de incentivo à indústria e infraestrutura. Essas medidas visam impulsionar os investimentos privados e estimular o crescimento econômico.

Além disso, o Brasil também implementou programas sociais e de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, buscando reduzir a desigualdade social e melhorar as condições de vida da população mais vulnerável. Contudo, é necessário ressaltar que a implementação dessas medidas enfrenta desafios políticos e requer consensos, uma vez que reformas estruturais podem encontrar resistências. O Brasil continua em busca de ajustes e reformas que possam impulsionar o crescimento econômico de forma sustentável e melhorar o ambiente de negócios no país.

Estas medidas econômicas adotadas pelo Brasil nos últimos anos podem ser caracterizadas por uma combinação de abordagens tanto keynesianas quanto neoliberais, dependendo do contexto específico de cada medida. Em

relação às políticas de estímulo ao crédito e investimento, redução de taxas de juros e programas de incentivo à indústria e infraestrutura, essas medidas se aproximam de princípios keynesianos. O keynesianismo enfatiza a intervenção governamental na economia para estimular o crescimento econômico por meio de políticas fiscais expansionistas e estímulos monetários. Ao buscar estimular os investimentos e impulsionar a demanda agregada, essas medidas refletem uma perspectiva keynesiana.

Por outro lado, as reformas estruturais, como a Reforma da Previdência e a busca por uma reforma tributária, têm um caráter mais alinhado com princípios neoliberais. O neoliberalismo defende a redução da intervenção estatal na economia, a abertura de mercados, a flexibilização de regulamentações e a promoção da livre concorrência. As reformas estruturais visam reduzir os gastos públicos, aumentar a eficiência do Estado e criar um ambiente mais favorável aos negócios, refletindo, assim, uma abordagem neoliberal.

Se aprofundando mais no tema discutido, utilizando um dos maiores parceiros econômicos do Brasil, a China, uma relação entre o desenvolvimento da economia chinesa e brasileira apresenta algumas semelhanças e diferenças. A China desempenha um papel de extrema importância para o desenvolvimento da economia brasileira, tornando-se um parceiro econômico fundamental para o Brasil. Essa importância pode ser observada em diversos aspectos-chave da relação bilateral.

3.3 CHINA

Primeiramente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Nas últimas décadas, o comércio bilateral entre os dois países tem aumentado significativamente. A China é um grande importador de commodities brasileiras, tais como soja, minério de ferro, petróleo e carne, o que impulsiona a economia brasileira, especialmente nos setores agrícola e de recursos naturais. O crescimento das exportações brasileiras para a China contribui para a geração de empregos e renda no Brasil. Não se restringindo somente ao comércio, a China tem se mostrado um importante investidor no Brasil. Empresas chinesas têm realizado investimentos diretos em setores estratégicos, como energia, infraestrutura, telecomunicações e agronegócio. Esses investimentos ajudam a impulsionar o crescimento econômico brasileiro, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento desses setores-chave. Outro ponto relevante é o papel da China no desenvolvimento da infraestrutura e logística no Brasil. Através de investimentos, o país asiático tem financiado a construção de portos, ferrovias, rodovias e outros projetos de transporte. Essa infraestrutura melhora a eficiência logística do Brasil, facilitando o escoamento de produtos e reduzindo os custos de transporte, o que beneficia a competitividade da economia brasileira. (InfoMoney, 2023, on-line).

Por fim, a China oferece um mercado consumidor em expansão devido ao crescimento da classe média chinesa. Isso cria oportunidades para empresas brasileiras exportarem produtos e serviços para a China. Setores como alimentos, produtos manufaturados e serviços podem se beneficiar desse mercado em constante crescimento, impulsionando as exportações brasileiras e gerando receita para a economia. Apesar desses benefícios, não podemos esquecer que a relação entre Brasil e China também apresenta desafios, como a concorrência com produtos chineses no mercado interno brasileiro, questões comerciais e diferenças em termos de regulação e padrões. No entanto, a parceria econômica entre os dois países tem sido fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira, gerando impactos significativos em diversos setores e impulsionando o crescimento econômico do Brasil.

Ambos os países têm economias emergentes e passaram por períodos de crescimento expressivo, mas existem características distintas em suas

trajetórias. Em termos de semelhanças, tanto a China quanto o Brasil experimentaram períodos de rápido crescimento econômico. A China adotou reformas econômicas orientadas para o mercado nas décadas de 1970 e subsequentes, permitindo um crescimento acelerado e sustentado do seu Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil teve seu período de maior crescimento econômico durante o Milagre Econômico nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, ambos os países têm grandes mercados internos, impulsionando a demanda doméstica por bens e serviços. (Carvalho. 2013, p.8).

Por outro lado, existem diferenças significativas. A China adotou um modelo econômico centralizado com elementos de economia de mercado, conhecido como "socialismo com características chinesas". Em contraste, o Brasil tem um modelo de economia mista, com a participação de empresas estatais e privadas, além de uma abertura para o comércio internacional. Quanto aos setores dominantes, a economia chinesa se destaca na manufatura, exportação e investimentos em infraestrutura, enquanto a economia brasileira possui uma diversificação maior, incluindo agricultura, mineração, indústria, serviços e recentemente a exploração de petróleo e gás. Além disso, a China tem buscado uma maior integração na economia global, tornando-se um importante player no comércio internacional, enquanto o Brasil também busca maior inserção global, mas enfrenta desafios como infraestrutura deficiente e barreiras comerciais. (Carvalho. 2013, p.15-20).

O crescimento econômico do Brasil a partir dos anos 2000 e o boom das commodities são vistos como um reflexo diretamente relacionado à China. A ascensão econômica da China desempenhou um papel fundamental na demanda por commodities, impulsionando os preços desses produtos no mercado internacional. Como o Brasil é um dos principais produtores e exportadores de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo, o país se beneficiou significativamente desse aumento na demanda chinesa.

A China passou por um período de rápido crescimento econômico e urbanização nas últimas décadas, o que levou a um aumento na demanda por matérias-primas e alimentos. A busca por recursos naturais e a necessidade de suprir a crescente demanda de sua população impulsionaram as importações chinesas de commodities brasileiras. Isso levou a um aumento dos preços das

commodities no mercado internacional, beneficiando o Brasil como um importante fornecedor desses produtos. Esse boom das commodities teve um impacto significativo no crescimento econômico do Brasil a partir dos anos 2000. O país experimentou um período de expansão econômica impulsionado pelas exportações de commodities, que geraram aumento de receitas, investimentos e empregos. Setores como agricultura, mineração e energia foram particularmente beneficiados, impulsionando o crescimento econômico e contribuindo para a melhoria dos indicadores sociais.

No entanto, vale ressaltar que a dependência excessiva das exportações de commodities também apresenta riscos. A economia brasileira tornou-se vulnerável à volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional. Alterações na demanda chinesa ou choques nos preços globais das commodities podem afetar significativamente a economia brasileira, como ocorreu durante a queda dos preços das commodities a partir de 2011. O boom das commodities impulsionado pela demanda chinesa teve um impacto considerável em diversos setores da economia brasileira. A agropecuária brasileira, por exemplo, se beneficiou do aumento da demanda por produtos agrícolas, como soja, carne bovina, frango e milho.

A China se tornou um dos principais compradores desses produtos, impulsionando as exportações brasileiras e gerando um ciclo positivo de crescimento para o setor agropecuário. Além disso, o setor de mineração também se beneficiou do boom das commodities. Além disso, a China é um dos maiores consumidores de minério de ferro do mundo, e o Brasil possui grandes reservas desse recurso. A demanda chinesa por minério de ferro impulsionou a produção e as exportações brasileiras, beneficiando empresas de mineração e contribuindo para o crescimento econômico do país. (Carvalho. 2013, p.118-119).

Outro setor que se beneficiou foi o de energia, especialmente o petróleo. A China se tornou um dos principais importadores de petróleo do mundo, e o Brasil é um dos maiores produtores. O aumento da demanda chinesa impulsionou as exportações de petróleo brasileiro, beneficiando a indústria petrolífera e contribuindo para a entrada de divisas no país. Além dos setores específicos, o boom das commodities também teve efeitos indiretos na economia

brasileira. O aumento das exportações de commodities gerou um aumento na receita de exportação e no saldo comercial do Brasil, proporcionando mais recursos para investimentos e desenvolvimento de infraestrutura. Esses investimentos, por sua vez, impulsionaram outros setores da economia, como construção civil e serviços relacionados.

Vale também ressaltar que a dependência excessiva das commodities pode trazer desafios e vulnerabilidades para a economia brasileira. A volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional pode afetar significativamente as receitas de exportação e a balança comercial do país. Além disso, uma excessiva especialização em commodities pode limitar o potencial de diversificação da economia e dificultar o desenvolvimento de setores mais intensivos em conhecimento e tecnologia. Com isso, enquanto a relação com a China impulsionou o crescimento econômico do Brasil a partir dos anos 2000 através do boom das commodities, é necessário buscar uma maior diversificação da economia, promovendo a inovação, investimentos em infraestrutura, desenvolvimento de capital humano e aprimoramento da competitividade em setores não-commodities. Dessa forma, o Brasil estará mais bem preparado para enfrentar eventuais mudanças nas demandas globais e promover um crescimento econômico mais estável e sustentável no longo prazo.

Concluindo o pensamento, embora a China seja o principal parceiro econômico do Brasil, o país também mantém relações comerciais e parcerias com outras nações. Outros países, como os Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha, também desempenham um papel importante no comércio e investimento brasileiros. Dessa forma, é fundamental para o Brasil buscar diversificar seus parceiros comerciais e fortalecer relações econômicas com diferentes países, a fim de reduzir a dependência excessiva de um único parceiro econômico.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a definição da taxa de câmbio real de equilíbrio no Brasil é um desafio complexo devido à interação de diversos fatores econômicos. A taxa de câmbio é influenciada pelo crescimento econômico, políticas monetárias, inflação e outros indicadores, e sua flutuação tem impacto direto na economia do país. Não há consenso absoluto sobre qual deve ser a taxa de câmbio ideal, pois ela varia de acordo com o contexto econômico e as políticas adotadas. O Brasil utiliza uma taxa de câmbio flutuante, que é controlada pelo Banco Central por meio de intervenções no mercado cambial. A estabilidade da taxa de câmbio é fundamental para a gestão econômica, pois afeta a balança comercial, os preços dos produtos e serviços, a inflação e outros aspectos da economia. Além disso, a taxa de câmbio real de equilíbrio é importante para estabelecer uma paridade de poder de compra entre o Brasil e outros países, permitindo comparar o valor das moedas e entender a situação econômica das respectivas populações. Estudos apontam que a taxa de câmbio brasileira passou por períodos de valorização e desvalorização ao longo do tempo, especialmente durante a implementação do Plano Real e crises financeiras subsequentes. A busca por um equilíbrio na taxa de câmbio é fundamental para evitar desequilíbrios macroeconômicos e seus impactos negativos. A independência do Banco Central é essencial para evitar influências políticas e garantir a estabilidade econômica a longo prazo. Em suma, a taxa de câmbio no Brasil desempenha um papel fundamental na economia do país, e sua gestão adequada é essencial para promover o crescimento econômico sustentável.

A taxa de câmbio é de fato um dos principais indicadores econômicos que podem afetar o crescimento econômico de um país, incluindo a economia brasileira. A taxa de câmbio desempenha um papel crucial na determinação da competitividade das empresas nacionais, nas exportações e importações, no fluxo de investimentos estrangeiros e na balança de pagamentos.

Conforme mencionado, uma taxa de câmbio desvalorizada pode beneficiar as exportações brasileiras, tornando os produtos nacionais mais competitivos nos mercados internacionais. Isso pode impulsionar a produção e

gerar empregos, contribuindo para o crescimento econômico. Além disso, uma taxa de câmbio depreciada torna o país mais atraente para receber investimentos estrangeiros, pois os ativos nacionais se tornam mais baratos para os investidores estrangeiros. Porém, uma taxa de câmbio depreciada também pode levar a pressões inflacionárias, uma vez que os bens importados se tornam mais caros. Isso pode resultar em uma diminuição do poder de compra da população e desequilíbrios na economia. Portanto, buscar um equilíbrio na taxa de câmbio é importante para evitar distorções e impactos negativos na economia.

A política cambial adotada pelo Banco Central do Brasil tem como objetivo buscar a estabilidade financeira e a competitividade da indústria nacional. O Banco Central pode intervir no mercado cambial por meio de compras ou vendas de moeda estrangeira para suavizar as flutuações excessivas e manter a estabilidade da taxa de câmbio. No entanto, a determinação da taxa de câmbio ideal para garantir a estabilidade macroeconômica é um desafio e está sujeita a diferentes interpretações e abordagens teóricas. Como mencionado, Oreiro defende uma política cambial ativa, com intervenções no mercado de câmbio, a fim de evitar flutuações excessivas e garantir a competitividade da indústria nacional.

Além da política cambial, outras políticas públicas também desempenham um papel importante na modernização da indústria nacional e no aumento de sua competitividade. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, capacitação da mão de obra, incentivos fiscais e parcerias público-privadas são algumas das medidas que podem ser adotadas para estimular a inovação, a modernização e a competitividade da indústria brasileira. Em suma, a taxa de câmbio de equilíbrio é aquela que reflete a relação de oferta e demanda por moeda estrangeira em um país e é importante para garantir a estabilidade macroeconômica e a competitividade da indústria nacional. A busca por um equilíbrio na taxa de câmbio é essencial para evitar distorções econômicas e promover um crescimento econômico sustentável.

A dependência excessiva das commodities pode trazer desafios para a economia brasileira, pois a volatilidade dos preços desses produtos pode afetar significativamente o país. Durante a queda dos preços das commodities a partir

de 2011, o Brasil enfrentou dificuldades econômicas, uma vez que suas exportações e receitas foram afetadas. Isso ressalta a importância de diversificar a economia e reduzir a dependência de um único setor.

Para impulsionar o desenvolvimento econômico de longo prazo, o Brasil precisa adotar políticas sustentáveis que abordem os desafios estruturais e promovam uma abordagem holística. Além das medidas econômicas mencionadas anteriormente, o país também deve focar em áreas como educação, pesquisa e desenvolvimento, inovação e melhoria da infraestrutura. Investimentos em educação e capacitação da força de trabalho são essenciais para aumentar a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

Contudo, é importante fortalecer parcerias estratégicas com outros países e blocos econômicos, buscando diversificar os mercados de exportação e atrair investimentos estrangeiros. A China é um exemplo de parceiro econômico importante para o Brasil, mas o país também deve explorar oportunidades de cooperação com outros países, tanto na América Latina quanto em outras regiões do mundo. No contexto da taxa de câmbio, é importante que o Brasil adote uma política cambial que seja favorável ao desenvolvimento econômico. Uma taxa de câmbio competitiva pode estimular as exportações, tornando os produtos brasileiros mais atrativos no mercado internacional. Além disso, uma taxa de câmbio adequada também pode ajudar a controlar a inflação e atrair investimentos estrangeiros.

No entanto, é necessário ter cuidado para evitar uma desvalorização excessiva da moeda, pois isso pode levar a pressões inflacionárias e aumentar o custo de importação de insumos e produtos. Uma política cambial equilibrada e bem gerenciada é fundamental para promover a estabilidade e o desenvolvimento econômico de longo prazo. Em resumo, o desenvolvimento econômico brasileiro requer uma abordagem holística, com políticas sustentáveis que abordem os desafios estruturais, promovam a diversificação econômica e fortaleçam parcerias estratégicas. Além disso, uma política cambial adequada e equilibrada pode impulsionar as exportações, controlar a inflação e atrair investimentos estrangeiros. É importante destacar que o desenvolvimento econômico de longo prazo requer tempo, planejamento e esforços contínuos para superar os desafios e alcançar um crescimento sustentável.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Central do Brasil. **Política Cambial**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial> >. Acesso em 07 de outubro de 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio**. 2009. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/A_tendencia_sobreapreciacao_taxa_cambio.pdf >. Acesso em: 20 out.2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, Jose Luis; MARCONI, Nelson. **Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy**. London: Routledge. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. *Revista de Economia Política*, v. 30 p.663-686, 2010.

CARVALHO, Noemi Marques de. **Taxa de câmbio e estratégia de crescimento econômico de longo prazo da china**. 2013

INFOMONEY; **China compra 70% da soja e 63% do minério de ferro exportado pelo Brasil**. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/china-compra-70-da-soja-e-63-do-minerio-de-ferro-exportado-pelo-brasil/> > . Acesso em 07 de outubro de 2023.

FGV, EASP; **Cálculo da Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial** Disponível em:

<<https://www.dropbox.com/s/vpbk705hpmw63d2/Nota%20Metodologica%20Equilibrio%20Industrial.pdf?dl=0>>. Acesso em 07 de outubro de 2023.

HOLLAND, Márcio; NAKANO; Yoshiaki (Org.). **Taxa de Câmbio no Brasil: Estudos de uma Perspectiva do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Campus. 2016. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rep/a/9nNysnDDfSvX8Cg6MZWqYzN/> > Acesso em 20 out.2023.

MARCONI; Barbi. **Taxa de câmbio e composição setorial da produção**.202. Disponível em: <

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7677/TD%20255%20-%20Nelson%20Marconi%3b%20Fernando%20Barbi.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 20 out.2023.

MARGARIDO, Marco Antonio; SERIGATTI, Felipe; PEROSA, Bruno. **Preços internacionais de commodities e a taxa de câmbio real no Brasil**. 2011.

Disponível em: <

https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/viii_ciclo_2010_art_mario_margarido.pdf > Acesso em 20 out.2023.

MATTEI, Lauro; SCARAMUZZI, Thaís. **A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico**. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 4 (145), pp. 726-747. 2016.

OREIRO, Jose Luis. **Controvérsias sobre o grau de sobrevalorização cambial no Brasil**. Disponível em: < <https://jlcoureiro.wordpress.com/tag/taxa-de-cambio-de-equilibrio-industrial/> >. Acesso em 07 out.2023.

OREIRO, Jose Luis. **New Developmentalism: beyond competitive exchange rate.** *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 40, N.2. 2020.

OREIRO, Jose Luis; SILVA, Kalinka. **New Developmentalist Model of Structural Change, Economic Growth and Middle-Income Trap.** 2020.
Disponível em: <
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0954349X20303830> >
Acesso em 20 out.2023.

SAMPAIO, Danilo. **Desequilíbrio Cambial e Crescimento Econômico.**
Disponível em: <
<https://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211237190-.pdf> >
Acesso em 20 out.2023.

TRADING ECONOMICS. **Brazil Total Gross External Debt.** Disponível em:
<<https://tradingeconomics.com/brazil/external-debt>>. Acesso em 07 out.2023.